

Demonstrações Financeiras

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 4

Demonstração do resultado 5

Demonstração do resultado abrangente 6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo 7

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto 8

Notas explicativas às demonstrações financeiras 9



Shape the future
with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Private Equity Holding VII – Gama S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Private Equity Holding VII – Gama S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia é uma “holding” não operacional voltada para a atividade de investimentos que está em busca de oportunidades em segmentos diversos da economia. A capacidade de continuidade das atividades da Companhia depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do seu acionista controlador. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', with a stylized flourish extending to the right.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	554	1.576
Tributos a recuperar		37	23
Outros créditos e direitos		-	24
Total do Ativo Circulante		591	1.623
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	5	17	24
Total do Ativo Não Circulante		17	24
Total do Ativo		608	1.647
Passivo Circulante			
Fornecedores		4	6
Impostos e contribuições a recolher		45	13
Salários, provisões e encargos sobre folha	6	1.396	1.813
Total do Passivo Circulante		1.445	1.832
Patrimônio líquido negativo			
Capital social	7	25.543	20.911
Prejuízos acumulados		(26.380)	(21.096)
Total do Patrimônio Líquido negativo		(837)	(185)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido negativo		608	1.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	8	(5.299)	(8.512)
Despesas tributárias		(4)	(514)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(5.303)	(9.026)
Resultado financeiro, líquido	9	19	40
Prejuízo antes dos impostos		(5.284)	(8.986)
Imposto de renda e contribuição social	10	-	-
Prejuízo do exercício		(5.284)	(8.986)
Resultado por ação	7	(0,23)	(1,88)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(5.284)	(8.986)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	(5.284)	(8.986)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		11.271	(12.110)	(839)
Aumento de capital social em 09/01/2024	7	1.200	-	1.200
Aumento de capital social em 22/03/2024	7	4.090	-	4.090
Aumento de capital social em 20/08/2024	7	4.350	-	4.350
Prejuízo do exercício		-	(8.986)	(8.986)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		20.911	(21.096)	(185)
Aumento de capital social em 24/03/2025	7	1.052	-	1.052
Aumento de capital social em 15/05/2025	7	1.200	-	1.200
Aumento de capital social em 05/08/2025	7	600	-	600
Aumento de capital social em 21/10/2025	7	600	-	600
Aumento de capital social em 08/12/2025	7	1.180	-	1.180
Prejuízo do exercício		-	(5.284)	(5.284)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		25.543	(26.380)	(837)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do Exercício	(5.284)	(8.986)
Ajustes para reconciliar o Resultado do exercício com o caixa		
Depreciação	7	7
Provisão (Reversão) para bônus	-	131
Provisões diversas	(1.350)	(283)
Resultado do exercício Ajustado	(6.627)	(9.131)
(Aumento)/Redução nos Ativos Operacionais		
Adiantamentos diversos	-	1
Tributos a recuperar	(14)	(2)
Outros créditos e direitos	24	8
Aumento/(Redução) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	(2)	(96)
Impostos e contribuições a recolher	32	4
Salários, provisões e encargos sobre folha	933	(104)
Caixa líquido aplicado nas operações	(5.654)	(9.320)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Imobilizado	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de Capital	4.632	9.640
Caixa oriundo das atividades de financiamento	4.632	9.640
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquido	(1.022)	320
No início do exercício	1.576	1.256
No fim do exercício	554	1.576
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do exercício	(1.022)	320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Private Equity Holding VII - Gama S.A. ("Gama" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 04 de maio de 2022 com a razão social RHMI 214 Participações Ltda.; em 31 de maio de 2022 ocorreu a alteração da denominação social e transformação em sociedade por ações de capital fechado. A Companhia está localizada na Rua Comendador Eduardo Saccab, 215, conj. 101 parte 12, Brooklin Paulista - São Paulo/SP. A Gama tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista.

A Gama é uma "holding" não operacional voltada para a atividade de investimentos que está em busca de oportunidades em segmentos diversos da economia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$5.284 e apresenta capital circulante líquido negativo de R\$837, sendo estas posições relacionadas a totalidade de investimentos iniciais realizados pelo fundo acionista como parte do plano de desenvolvimento das operações.

Nesse contexto, a Companhia continuará a receber aporte de recursos de seu acionista de forma a garantir o cumprimento das suas obrigações e manutenção de sua operação até que atinja o nível de geração de caixa que suporte o pagamento de suas obrigações.

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todo o período o apresentado, salvo quando mencionado de outra forma.

2.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de março de 2026.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais --Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

b) Base de mensuração e continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

c) Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Gama é o Real (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras que estão apresentadas em milhares de Reais (R\$).

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais

a) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

O principal ativo financeiro refere-se a:

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

Aplicações financeiras com vencimentos superiores a 90 dias e com risco significativo de mudança de valor de mercado são tratadas em linha exclusiva na rubrica Aplicações Financeiras no Balanço Patrimonial e seus reflexos na Demonstração de Fluxo de Caixa.

Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

O principal passivo financeiro não derivativo da Companhia é fornecedores.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros não derivativos - mensuração--Continuação

Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

As compras a prazo não são ajustadas pelo valor presente em função do curto prazo para vencimento das obrigações, cujo compromisso é liquidado no prazo máximo de até 30 dias da emissão da nota fiscal/fatura.

b) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil residual registrado na data da alienação, e são reconhecidos como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais --Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") do exercício corrente e diferido das sociedades estabelecidas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Em 2025 e 2024 a Gama optou pelo regime de tributação Lucro Real estimativa mensal e não apresentou lucro tributável para auferir os impostos em 2025 e 2024.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, as taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, quando aplicáveis, bem como as diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulantes.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

e) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e taxas bancárias, juros passivos sobre eventuais inadimplências e variações monetárias e cambiais líquidas, quando aplicável.

f) Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedado durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e políticas contábeis materiais materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

f) Classificação circulante e não circulante--Continuação

Todos os demais ativos são classificados como não-circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não-circulantes.

Em 2025, houve novos e alterações aos pronunciamentos contábeis abaixo indicados:

3. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025

- CPC 02 (R2) é o Pronunciamento Técnico que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis, normatizando como incluir transações em moeda estrangeira (importações, exportações, empréstimos) e como converter as demonstrações contábeis de uma empresa no exterior (controlada, coligada) para a moeda de apresentação no Brasil, usando taxas de câmbio específicas para ativos, passivos, receitas e despesas, visando clareza para investidores.
- OCPC 10 é uma norma contábil criada pela CVM e CPC, que estabelece regras para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOS, visando trazer transparência ao mercado de descarbonização e alinhar-se às práticas internacionais, impactando como as empresas registram esses ativos e passivos ambientais.
- O CPC 18 (R3) é o pronunciamento técnico sobre Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025-- Continuação

- A ICPC 09 (R3) é uma Interpretação Técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que trata das Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas e Consolidadas, além da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Estas normas contábeis não afetaram as demonstrações financeiras em 2025.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

- NBC TG 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: Emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em dezembro de 2025, esta norma alinha a contabilidade brasileira à IFRS 18. Ela introduz uma nova estrutura para a Demonstração do Resultado (DRE), com categorias padronizadas (operacional, investimentos e financiamentos) e regras mais claras para o uso de subtotais e indicadores de desempenho. A vigência está prevista para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congradadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais

A Companhia está avaliando os impactos destas alterações nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de Caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras automáticas	52	63
Aplicação CDB (i)	502	1.513
Total	554	1.576

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") e compromissadas com instituições financeiras de primeira linha, com taxas de remuneração de acordo que visam garantir até 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

5. Imobilizado

	Taxa de vida útil (anos)	31/12/2024	Aquisição	Depreciação	31/12/2025
Computadores e Periféricos	5	24	-	(7)	17
Total		24	-	(7)	17

	Taxa de vida útil (anos)	31/12/2023	Aquisição	Depreciação	31/12/2024
Computadores e Periféricos	5	31	-	(7)	24
Total		31	-	(7)	24

6. Salários, provisões e encargos sobre folha

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre folha de pagamento	26	25
INSS a Recolher	20	19
Provisão de bônus	1.350	1.769
Total	1.396	1.813

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 09 de janeiro de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$11.271 para R\$12.471 representados por 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$1.200, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$12.471 dividido em 12.470.550 (doze milhões e quatrocentos e setenta mil e quinhentos e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 23 de março de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$12.471 para R\$16.561 representados por 4.090.635 (quatro milhões e noventa mil e seiscentos e trinta e cinco) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$4.090, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$16.561 dividido em 16.561.185 (dezesseis milhões e quinhentos e sessenta e um mil e cento e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

7. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 20 de agosto de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$16.561 para R\$20.911 representados por 4.350.000 (quatro milhões e trezentos e cinquenta mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$4.350, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$20.911 dividido em 20.911.185 (vinte milhões e novecentos e onze mil e cento e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 24 de março de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$20.911 para R\$21.963 representados por 1.051.490 (um milhão cinquenta e um mil quatrocentos e noventa) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$1.052, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$21.963 dividido em 21.962.675 (vinte e um milhões novecentos e sessenta e dois mil seiscentos e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de maio de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$21.963 para R\$23.163 representados por 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$1.200, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$23.163 dividido em 23.162.675 (vinte e três milhões cento e sessenta e dois mil seiscentos e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 05 de agosto de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$23.163 para R\$23.763 representados por 600.000 (seiscentos mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$600, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$23.763 dividido em 23.762.675 (vinte e três milhões setecentos e sessenta e dois mil seiscentos e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de outubro de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$23.763 para R\$24.363 representados por 600.000 (seiscentos mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$600, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$24.363 dividido em 24.362.675 (vinte e quatro milhões trezentos e sessenta e dois mil seiscentos e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

7. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 08 de dezembro de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$24.363 para R\$25.543 representados por 1.180.000 (um milhão cento e oitenta mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$1.180, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$25.543.911 dividido em 25.542.675 (vinte e cinco milhões quinhentos e quarenta e dois mil seiscentos e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Resultado por ações

Apresentamos a seguir o prejuízo por ação básico e diluído conforme parâmetros definidos no Pronunciamento CPC 41 - Lucro por ação

	31/12/2025	31/12/2024
Número de ações até (milhares)	22.963	16.889
Prejuízo do exercício (milhares)	(5.284)	(8.986)
Total	(0,23)	(1,88)

A Companhia não possui outros instrumentos de patrimônio líquido ou de dívida que se enquadre como efeitos dilutivos, sendo que o valor básico e diluído por ação é o mesmo.

8. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com salários	(2.715)	(3.837)
Depreciação e amortização	(7)	(7)
Despesas com serviços de terceiros	(2.395)	(4.139)
Despesas com viagens e representações	(66)	(173)
Despesa com manutenção	(9)	(36)
Publicidade com eventos e promoções	-	(32)
Seguros	(4)	(103)
Despesas cartoriais	-	(68)
Outras despesas administrativas	(103)	(117)
Total	(5.299)	(8.512)

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

9. Resultado Financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	28	29
Variações Cambiais Ativas	-	16
	28	45
Despesas financeiras		
Juros	(6)	(4)
Tarifa bancária	(3)	-
Variações Cambiais Passivas	-	(1)
	(9)	(5)
Total	19	40

10. Imposto de renda e contribuição

	31/12/2025	31/12/2024
Corrente		
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(5.284)	(8.986)
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	34%	34%
Receita de IRPJ e CSLL calculados com base nas alíquotas nominais	1.797	3.055
Efeito de IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	-	-
Tributos diferidos ativos sobre prejuízo	1.797	3.055
(-) Tributos diferidos ativo sobre prejuízo - não reconhecidos	(1.797)	(3.055)
Total resultado de imposto de renda e contribuição social	-	-

A Companhia não registrou ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da CSLL no valor de R\$8.510 em função de não possuir histórico e perspectiva de lucratividade tributária, por se tratar de uma holding, cujo resultado será formado substancialmente pelo resultado de equivalência patrimonial.

11. Instrumento financeiro

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

11. Instrumento financeiro--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

i) *Estrutura de gerenciamento de riscos*

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de mercado*

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras.

Este risco surge da possibilidade de que a Companhia possa sofrer perdas devido a flutuações nos índices (CDI). A Companhia ficou exposta ao risco de taxa de juros, entretanto, não houve impactos significativos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	554	1.576
Total	554	1.576

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco da Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

11. Instrumento financeiro--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez--Continuação*

A Companhia, quando necessário, conta com aporte financeiro de seu acionista para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa as obrigações da Companhia, por faixas de vencimento, que compreendem o período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

31/12/2025	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	4	-	-	-	4	4
	4	-	-	-	4	4
31/12/2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	6	-	-	-	6	6
	6	-	-	-	6	6

b) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

c) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia não possui contratos de dívidas com terceiros de empréstimos ou financiamentos que denotem risco no seu gerenciamento do capital e de caixa.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

11. Instrumento financeiro--Continuação

c) Gerenciamento de capital--Continuação

i) *Valor justo dos instrumentos financeiros*

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2025		2024	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo	554	554	1.576	1.576
Total			554	554	1.576	1.576
	Hierarquia do valor justo	Categoria	2025		2024	
Passivos financeiros						
Fornecedores	Nível 2	Valor justo	4	4	6	6
Total			4	4	6	6

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

Private Equity Holding VII - Gama S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.093 (R\$1.133 em 31 de dezembro de 2024).

13. Contingências

Até a emissão das demonstrações financeiras, a Companhia não estava envolvida em demandas judiciais como ré ou autora com probabilidade de perda provável que exija registro contábil de provisão para contingência, que possam impactar as estas demonstrações, sejam estes processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, bem como não há processos com probabilidade de perda possível a serem divulgados.

14. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, qualidade, prazos e condições definidas entre as partes. Os saldos e transações com Partes Relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Saldo de contas a pagar 2025	Despesa 2025	Saldo de contas a pagar 2024	Despesa 2024
Partes relacionadas				
Gestão e Transformação Consultoria S.A.	-	(1.873)	-	(2.200)
Total	-	(1.873)	-	(2.200)

15. Seguros

A Companhia contratou a cobertura de seguros de forma global para riscos de responsabilidade civil para Administradores, para exclusão de atos lesivos contra a Administração Pública e Privada, contemplando danos materiais, morais, ambientais, corporais e demais danos que possam impactar a situação administrativa, financeira, operacional ou jurídica da Companhia. A cobertura em 31 de dezembro de 2024 está apresentada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Limite Máximo de Garantia da Apólice	-	20.000
Total	-	20.000